

SANGUE, SUOR, LÁGRIMAS E PURPURINA: NOTAS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO LGBT+ NO ARQUIVO NACIONAL

Jac Ribeiro Cabral*
Sofia Frahlich Cavalleiro**

RESUMO

Apresenta um breve panorama da documentação sobre/de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT+) encontrada no Arquivo Nacional, buscando revelar como as/os sujeitas/os dissidentes da linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Judith BUTLER, 2003) são retratados/as ou como se autorrepresentavam e nomeavam suas atitudes, comportamentos, modos de vida, de ser e de estar no mundo. Nosso recorte traz os fragmentos das memórias da repressão e da resistência dessas minorias a partir de um dos conjuntos documentais que abrangem o onipotente Serviço Nacional de Informações (SNI), durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Sem a pretensão de esgotar as informações ali contidas, a ideia é oferecer uma espécie de guia que possa servir como ferramenta para a pesquisa social, sobretudo às/aos interessadas/os nos estudos de gêneros e sexualidades.

Palavras-Chave: arquivos da repressão e da resistência; memórias LGBT+; ditadura militar no Brasil.

ABSTRACT

Presents a brief overview on LGBT+ records found at Arquivo Nacional, seeking to show how the dissidents of the linearity between sex, gender, sexual practice, and desire (Judith BUTLER, 2003) are represented or how they represented themselves and named their attitudes, behaviors, way of seeing in the world. These are some fragments of the memories of the repression and resistance of

* Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz, atua como professor no Departamento de Ciência da Informação da UFF. É coordenador do grupo de estudos, pesquisas e extensão Nômadias - Informação, Memória, Documento (UFF), e integrante do Flores Raras - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos (UFJF/UFSCar). E-mail: jacquelinerc@id.uff.br.

** Mestranda em Ciência da Informação pela UFF e integrante do Nômadias. Bibliotecária e documentalista formada pela UFF. E-mail: sofiafrahlich@id.uff.br.

minorities covering part of the omnipotent National Information Service (SNI) fund during the military dictatorship in Brazil (1964-1985). The idea is to offer a guide for social research, especially for those interested in gender and sexuality studies.

Keywords: archives of repression and resistance; LGBT+ memories; military dictatorship in Brazil.

O meu destino é caminhar assim
Desesperada e nua
Sabendo que no fim da noite **serei tua**

Vamos ceder enfim à tentação
Das nossas bocas cruas
E mergulhar no poço escuro de **nós duas**

(Chico Buarque & Ruy Guerra, *Ana e Bárbara*, 1973, grifo nosso)¹

Da vergonha ao orgulho

A pesquisa que ora apresentamos é o fragmento de um projeto maior intitulado *[completar após avaliação por pares]*. Trata-se de uma investigação que vem sendo desenvolvida há algum tempo e que começou na sede do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Nosso objetivo original foi identificar os documentos nos quais as práticas ou as sujeitas e sujeitos desobedientes de gênero e da homossexualidade compulsória (Adrienne RICH²,

¹ Música composta para a peça teatral *Calabar, o elogio da traição*, que relativiza o papel de Domingos Fernandes Calabar ao tomar partido dos holandeses contra a coroa portuguesa em meados do século XVII, em uma referência indireta aos militares que abandonaram as Forças Armadas após o golpe de 1964 e passaram a lutar pela redemocratização do Brasil, como foi o caso de Carlos Lamarca (1937-1971). Os trechos grifados da letra em epígrafe foram censurados pela Divisão de Censura de Diversões Públicas em 1972 e os autores tiveram que mudar seu título apenas para *Bárbara*. A canção é um diálogo das personagens Ana e Bárbara no espetáculo e narra a relação amorosa entre ambas. Na gravação do disco *Chico Canta*, as palavras em destaque não são pronunciadas, mas para driblar a censura, no álbum com Caetano Veloso (*Caetano e Chico juntos e ao vivo*) elas foram levemente abafadas com som de aplausos na mixagem do disco. De acordo com a pesquisadora Kelly Márcia Leal, outra canção do musical, *Ana de Amsterdã*, recebeu o seguinte despacho do censor: “a letra não pode ser gravada comercialmente” (2015, p. 7).

² Um pouco na contramão das normas da ABNT relativas à fixação da ordem dos elementos das referências, escolhemos deliberadamente escrever por extenso apenas o prenome e o sobrenome das autoras citadas, a fim de conferir maior

2010) são retratados/as ou como essas pessoas se autorrepresentavam e nomeavam suas atitudes, comportamentos, modos de vida, de ser e de estar no mundo.

Para tanto, demos o pontapé inicial no levantamento da documentação por meio de buscas tanto através do extenso léxico composto pelas principais categorias-chaves e demais expressões derivadas que se prolongam no tempo de forma diacrônica e sincrônica associadas aos diferentes regimes de verdade (religião/cristianismo, Estado/direito e ciência/medicina psiquiátrica), cada uma das quais com seus respectivos correspondentes institucionais (Igreja Católica, poder judiciário e hospício), suas tecnologias de poder (confissão, inquérito e exame), enunciados/substantivos (pecado, crime e doença), adjetivos/sujeitos (sodomia/ sodomita, pederastia/pederasta e homossexualismo³/homossexual), documentos (autos de confissão, processo criminal e anamnese), e efeitos materiais punitivos (penitência, prisão e internação), conforme explicitados de maneira mais detalhada por Mariana Meirelles (2019, p. 137-160). Também procuramos seguir outras pistas por meio de entradas fechadas do vocabulário indexado como, por exemplo, 'atentado ao pudor', 'vadiagem' e 'violação à moral e aos bons costumes', nos mais diversos fundos, coleções, inventários e outros instrumentos de pesquisa disponíveis na base do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

visibilidade à produção das mulheres. Esse procedimento evita que nós permaneçamos invisíveis por trás de sobrenomes paternos ou maritais. Da mesma forma, optamos por confrontar a redução do idioma português ao pretense masculino universal ao longo de todo o texto, variando entre os dois gêneros e usando neologismos. Estamos cientes que, no entanto, tal procedimento também tem suas limitações em relação à perspectiva não binária, constituindo um verdadeiro desafio na linguagem. Até aqui, essas são as opções da nossa política de escrita.

³ Usamos aqui o sufixo '-ismo' (que designa doença, doutrina e ideologia) pois é assim que a maior parte da documentação se refere às LGBT*, sendo 'homossexualidade' uma categoria historicamente mais recente e nativa – já indicativa da organização coletiva dessas sujeitas/os –, que designa através do sufixo '-dade', um atributo qualitativo do ser. Vale notar, entretanto, que mesmo já avançando em pleno século XXI, o Arquivo Nacional ainda não incluiu em seus descritores a palavra 'homossexualidade', dificultando o acesso à informação para as/os usuárias/os que pesquisam em seus sistemas de recuperação. Nesse sentido, arquivistas, historiadoras/es e demais agentes de memória precisam considerar o quanto a terminologia é um aspecto crucial da formação da identidade e da autoafirmação da comunidade LGBT*, a fim de não incorrerem em mais atitudes discriminatórias e preconceituosas.

Dessa forma, conseguimos recuperar 64 itens ou conjuntos documentais com datas-limite de produção entre 1860 e 1991, espalhados nas séries do Acervo Judiciário – que reúne os processos dos antigos tribunais de última instância no Brasil (1808-1935) – nos inventários do fundo Floriano Peixoto (1863-1924), na coleção Comba Marques Porto (1918-1991), nos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios no fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (1946-1990), e no fundo Serviço de Censura e Diversões Públicas (1978-1985).

Desse montante reunido inicialmente, 49 tem a ver, de fato, com manifestações sobre/de LGBT+ nos documentos, dos quais 35 foram identificados e descritos, um a um, em outras oportunidades (Fulana de TAL, 2015, 2015-2016 e 2019) [completar após avaliação pares]. A maioria deles, ou seja, 29 itens documentais (82,8%), constituem o que reputamos como ‘o olhar do outro’ ou ‘arquivos da repressão’, apresentando termos e sentenças que atribuem às sujeitas e sujeitos desviantes da ordem do sistema sexo-gênero (Gayle RUBIN, 1993) uma infinidade de constrangimentos traduzidos em enunciados excludentes e estigmatizantes que operam do geral para o particular, associando o indivíduo a um grupo/coletividade condenável por não corresponder aos ditames da nossa sociedade cisheterocentrada. Trata-se de narrativas que partem daqueles que não só estabelecem a forma como querem ser percebidos, como nomeiam a/o outra/o pela linguagem, esfera de dominação simbólica que impõe visões de mundo e representações socialmente legítimas através da fala cotidiana, sempre atravessada por relações de força de classe, sexo/gênero, idade, raça/etnia etc. Estamos lidando, portanto, com um acervo que revela o quanto lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais têm sido historicamente marginalizadas/os e o quanto esses processos de sujeição inscrevem na consciência a marca da vergonha.

Já os outros 17,1% identificados e descritos até agora constituem o que chamamos de ‘o olhar de si’ ou ‘arquivos da resistência’, apenas seis documentos que anunciam as possibilidades de confronto frente à normatização de corpos e à colonização das subjetividades e desejos, revelando a produção de imagens mais positivas ou, pelo menos, não depreciativas, caricaturais e insultuosas das identidades, práticas e representações cisheterodiscordantes. Nesse caso, nos deparamos com ações, palavras e posicionamentos que, desde segunda metade dos anos 1970, demonstram resistência à dominação, apontam para novos modos de vida, buscam criar espaços de liberdade e um certo

mundo particular como possibilidade de reexistência. Ali, estavam em pauta processos de subjetivação que também recriam a identidade pessoal a partir da identidade atribuída, ressignificando não só a própria subjetividade, a fabricação de si mesmo, mas forjando outras maneiras de se relacionar. Foi o início do orgulho como avesso da vergonha, a passagem da invisibilidade à visibilidade. Foram passos importantes de uma luta que ainda hoje persiste e que passa tanto pela transformação de si e do mundo em cada gesto que também nos liberta da homoesbitransfobia⁴ internalizada, quanto pelo ativismo cultural e pela mobilização política.

Antes de terminar esta seção, é preciso dizer mais duas coisas. A primeira, é que após o levantamento de toda a documentação pertinente, nós identificamos o conteúdo/as informações contidas nos dossiês, inventários, processos etc., através da tabulação de metadados – como códigos de referência, termos utilizados etc. – dos documentos e da compilação dos trechos mais relevantes de acordo com os objetivos da investigação, sendo bastante variada a quantidade de folhas de cada conjunto: entre duas até 393. A outra é que, apesar do debate acerca do anacronismo em torno do uso da sigla LGBT+ (de criação muito recente) para documentos que vão no máximo até meados da década de 1980 e da preferência de alguns historiadores pelo termo ‘homossexualidades’, insistimos que este último é extremamente generalizante para dar conta de tantos afetos, práticas e sujeitas/os tão diferentes. Assim, mesmo sabendo que ‘homossexuais’ foi, em geral, uma categoria nativa para além de homens gays, nos recusamos a incorrer sempre nesse termo tão androcentrado e engessado no masculino, concordando com Helena Vieira e Fraccaroli “que os empreendimentos por uma memória política partem sempre do presente” e, portanto, é mais interessante optar pela sigla que atualmente condensa “as expressões identitárias de maior visibilidade e força política” (*In*: GREEN et al., 2018b, p. 359).

⁴ Reunimos nessa ou na expressão correlata ‘LGBT+fobia’, a aversão a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas transgênero, intersexuais e todo amplo espectro das orientações sexuais e identidades de gênero ‘minoritárias’. Especificamente no caso das lésbicas, preferimos o uso do termo ‘lesbifobia’ em vez de ‘lesbofobia’, uma vez que o substantivo de origem é ‘lésbica’ e não ‘lésboca’.

Por dentro dos arquivos

Como instituições da modernidade, os arquivos surgem atrelados ao mito fundador dos Estados nacionais, isto é, estão intimamente ligados ao (pátrio) poder. E, como sugere a palavra entre parênteses, que tem a mesma raiz de patriarcado, a autoridade e o poder têm sido atributos mais associados ao homem, ao masculino, à virilidade. Os historiadores e a historiografia que inauguram a arquivística no século XIX, eram adeptos do cientificismo e do positivismo, escolas de pensamento cujos objetos recaem justamente sobre o poder, privilegiando as narrativas acerca dos grandes homens e seus feitos, de suas guerras de invasão e dominação, de suas vitórias nessas guerras.

Nesse sentido, sempre foi e ainda é difícil ou raro encontrar mulheres retratadas nos acervos dos arquivos, já que o espaço consagrado à mulher e ao feminino é o espaço privado, da intimidade do lar, no qual não há produção de documentos administrativos ou de documentos públicos, na acepção mais ortodoxa do saber-fazer da arquivologia. Isto significa, de forma geral, que as mulheres ficaram por muito tempo à margem da escrita da história oficial. Dentro da mesma lógica, a presença de pessoas cisheterodiscordantes nos arquivos é praticamente escassa – bem como a de pessoas negras, populações originárias (indígenas) e outros segmentos sociais descapitalizados –, visto que o estigma dos homossexuais masculinos, das travestis e das mulheres trans está profundamente arraigado na nossa cultura sexista e misógina. Quanto às mulheres lésbicas e bissexuais, o problema da representação e representatividade parece ainda mais comprometido pela questão da invisibilidade. Afinal, assumir a condição de mulher em função de si mesma, que se erige como sujeito e objeto da própria sexualidade, com potencial para subverter os esquemas da dominância masculina, ameaça demais a regra fálica predominante no âmbito moral e social.

Partindo dessas constatações e até diante do desencorajamento alheio sobre a suposta impossibilidade de encontrar algo no Arquivo Nacional em relação a LGBT+, quase que a pesquisa foi interrompida antes mesmo de começar. O fato é que havia muita incerteza sobre a existência ou não de documentos sobre tais 'minorias', conceito este empregado aqui não no sentido quantitativo, mas em relação ao parâmetro hegemônico. Contudo, mesmo que só encontrássemos aquelas fontes de informação que enquadramos como 'o olhar do outro', ou seja, documentos que

reforçam a injúria contra LGBT+, teria valido a pena! Afinal, é preciso dialogar com as fontes, indagá-las, expandir as possibilidades da produção do conhecimento e expandir também o campo documental, já que a história não é feita só com documentos escritos.

Estamos falando aqui de disputar os espaços das narrativas historiográficas, do direito de lançar outros olhares às nossas próprias experiências, pois isso diz respeito às ações políticas que propomos no presente. Podemos até ser raras nos arquivos, não ter a densidade das narrativas já tão sedimentadas pelo conhecimento histórico, mas temos historicidade e nossas vivências persistem no tempo. Por isso, é imprescindível que os centros de documentação disseminem esses acervos, incentivando assim novos questionamentos acerca das histórias e das lutas dos mais variados grupos e sujeitas/os sociais. Mesmo se encontrarmos ali apenas fragmentos de memória, temos a chance de projetá-los adiante em vez de continuar silenciadas/os nos “campos de esquecimento que formam a memória brasileira” (Jota MOMBAÇA, 2021, p. 13).

Agora, vamos apresentar de forma bem passageira os últimos documentos identificados no levantamento empreendido no SIAN, também sintetizados no painel adiante. Foi a partir daqui que a/o Autor/a 2 se juntou à investigação e, com o apoio do CNPq, terminamos a descrição dos documentos dos ‘arquivos da repressão e da resistência’ ainda inéditos. Todos fazem parte do fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (doravante apenas fundo DSI/MJ), o conjunto documental mais expressivo em relação à censura em torno em torno das/os sujeitas/os, grupos e demais representações que atravessam os corpos e vivências socialmente marcados pelo que hoje se rotula de maneira mais ou menos legítima como LGBT+, além da profusa linguagem em torno destas/es.

O fundo DSI/MJ se reveste de especial importância na medida em que abrange um dos pilares do aparato repressivo da “ditadura hetero-militar” (QUINALHA *In*: GREEN et al., 2018b, p. 15-38): o onipotente Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 com o intuito de coordenar e supervisionar as atividades de inteligência, informação e contrainformação no país e no exterior. Logo nos primeiros anos de sua existência, a ditadura estabeleceu um complexo sistema reticulado que abrigou o amplo dispositivo de coleta e análise de dados cujo órgão nuclear era justamente o SNI. Sua estrutura altamente capilarizada assegurava a eficiência na atuação como centro de uma rede de informações atuando em

todos os níveis da administração pública e da sociedade em geral.

Durante os longos anos de seu funcionamento, o SNI criou um vasto arquivo sobre as/os brasileiras/os, investigando, monitorando e armazenando informações sobre estudantes, intelectuais, líderes sindicais, parlamentares, religiosas/os etc. Os registros contidos em suas bases de dados conduziam os agentes do governo na execução de medidas de violação das liberdades e direitos básicos de cidadãs/ãos brasileiras/os e estrangeiras/os. O principal foco no rastreamento e interceptação de informações era, sem dúvida, os movimentos de esquerda. Com a promulgação da nova Constituição em 1967 e do Decreto-Lei nº 314 em março do mesmo ano, os delitos de ‘opinião’ e ‘subversão’ são enquadrados como crimes contra a segurança nacional, abrindo caminho para a reclusão e detenção de qualquer cidadã/ão, além da possibilidade de expulsão do país e a vigilância de familiares, assim como a indisponibilidade de bens. A implantação do Estado de exceção passou a ser constitucional e a ditadura estava plenamente legalizada.

No arranjo do quadro opressivo ditatorial, ocorreram desde situações extremas – exílios, prisões e torturas – como outras formas de contenção gerenciadas pelas autoridades. Entre os mais variados mecanismos de controle e perseguição às/aos opositoras/es, a censura às artes e aos meios de comunicação sobressai como dispositivo para o sufocamento das críticas e da constituição de forças de resistência ao regime, sendo também um dos temas mais explorados pelas/os estudiosas/os do período. As informações que trazemos aqui dão conta justamente do controle através da censura, incluindo as representações acerca de LGBT+, das sexualidades dissidentes e das performances que provocam fissuras nas normas de gênero. Todas foram retiradas dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios do fundo DSI/MJ (BRASIL, 2013) e incluem os pareceres dos censores sobre filmes, peças de teatro, periódicos etc. No caso dos jornais, constam tanto os que manifestam posturas escancaradamente LGBT+fóbicas quanto aqueles veículos que fazem parte dos primórdios do então chamado ‘movimento homossexual brasileiro’, como é o caso do tabloide *Lampião da Esquina*⁵, explicitamente engajado nas lutas

⁵ Em outras ocasiões (Fulana de TAL, 2015 e 2015-2016) [citar após avaliação pares], também foram mencionados o *Jornal do Gay – Noticiário do Mundo Entendido* e o boletim catalão *Lambda*.

políticas travadas pela ‘imprensa alternativa’ e feita por/para homossexuais.

Por razões dos limites que temos neste espaço, vamos comentar sobre os documentos em bloco e não item a item. Preparamos também um quadro com o levantamento parcial ora publicado, a fim de facilitar a visualização de seus dados mais gerais, conforme abaixo.

Quadro – Levantamento parcial da documentação sobre/de LGBT+ no Arquivo Nacional

ITEM	CÓDIGO DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA DO CONTEÚDO	TERMOS UTILIZADOS
1	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 304	Informes da DSI/MJ. Assuntos: reportagens contrárias à moral e bons costumes, homossexualismo, propaganda adversa etc. Data: 1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 83 f. Ver: Informação nº 90/4 de 6/4/1981.	bicha; gay; homossexual; Sodoma e Gomorra; travesti.
2	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 310	Informes da DSI/MJ. Assuntos: imprensa, propaganda adversa, reportagens contrárias à moral e bons costumes etc. (<i>Luta – O Jornal do Povo</i>) Data: 1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 44 f. Ver: Informação n. 356/3 de 13/10/1981; Informação nº 360/4 de 14/10/1981.	erotismo; lesbianismo; pornografia; prostituição; sapatão; travestis.
3	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 311	Informes da DSI/MJ. Assuntos: propaganda adversa, reportagens contrárias à moral e bons costumes etc. (<i>Luta – O Jornal do Povo</i>) Data: 1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 234 f. Ver: Informação nºs 401/3, 402/4 e 403/4 de 27/11/1981.	erotismo; lesbianismo; sapata; bichona; sapatão; mulher-macho; travestis; gay; bicha; bonecas; incubados; sapatões; Maria Sapatão; homossexual.

4	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 451	Recortes do jornal <i>Afinal</i> . Assunto: propaganda adversa. Data: 12/11/1980. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 15 f. Ver: exemplar da edição nº 6 em apenso.	homossexuais; bichas.
5	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 514	Recortes de jornais. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Luta</i> , <i>Notícias Populares</i> e <i>O Pasquim</i>). Data: 8/4/1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 33 f. Ver: seleção de matérias no período de 24/4 a 7/5/1981.	entubado; homossexuais; sapatão; colega; bicha; borboleta; bichona; homossexual.
6	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 518	Recortes de jornais. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Lampião</i> e <i>Luta</i>). Data: 22/5/1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 32 f. Ver: seleção de matérias no período de 8 a 21/5/1981.	bichas; gay; sapatões; homossexuais; ex- machos; ex-fêmeas; bichas loucas; dondocas; entendidos; meio gay; bonecas; bichona louca; dublê de travesti; travesti; fêmea.

FONTE: Adaptação do painel originalmente elaborado pelas autoras no decorrer da pesquisa (2021).

**Quadro – Levantamento parcial da documentação sobre/de
LGBT+ no Arquivo Nacional (continuação)**

ITEM	CÓDIGO DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO SUCINTA DO CONTEÚDO	TERMOS UTILIZADOS
7	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 538	Recortes de jornais. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Luta, O Pasquim e Repórter</i>). Data: 3/7/1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 29 f. Ver: seleção de matérias no período de 17/6 a 2/7/1981.	machona; sapatão; sapatagem; Maria Sapatão; homossexualismo.
8	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 552	Recortes de jornais. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Luta e O Pasquim</i>). Data: 21/8/1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 21 f. Ver: carta do chefe do SNI ao ministro da Justiça Abi-Ackel em 1º/9/1981 encaminhando seleção de matérias no período de 29/7 a 13/8/1981.	bicha louca; homossexual
9	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 581	Recortes de jornal. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Luta</i>). Data: 4/12/1981. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 15 f. Ver: carta do chefe do SNI ao ministro da Justiça Abi-Ackel em 14/12/1981 encaminhando seleção de matérias	bicha; coisa feia [referência ao sexo entre homens]; homossexual; boneca; sapatões; bichas; travesti; bichona louca; homossexualismo; gays; homem travestido.

		no período de 19/11 a 3/12/1981.	
10	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 584	Recortes de jornal. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Luta</i>). Data: 12/1/1982. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 20 f. Ver: carta do chefe do SNI ao ministro da Justiça Abi-Ackel em 7/1/1982 encaminhando seleção de matérias no período de 3 a 17/12/1981.	bicha louca; bichonas; bicha; antros gays; homossexuais; [furo na orelha como indícios de] homossexualidade; gay; sapatão; bichona-macho [referência a homem bissexual]; travesti; bichas e 'trichas'; mulher-macho.
11	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 595	Recortes de jornal. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Luta</i>). Data: 12/1/1982. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 20 f. Ver: seleção de matérias no período de 18/12 a 7/1/1982.	bicha; homossexualismo; homossexuais; entendido; emancipação sexual.
12	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 604	Recortes de jornal. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (<i>Luta</i>). Data: 25/1/1982. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação 12 f. Ver: seleção de matérias no período de 8 a 21/1/1982.	bicha; homossexual; polisssexual; falso machão; bichonas.

13	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 610	Recortes de jornal. Assunto: reportagens contrárias à moral e aos bons costumes (Luta). Data: 12/2/1982. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação: 20 f. Ver: carta do chefe do SNI ao ministro da Justiça Abi-Ackel em 19/2/1982 encaminhando seleção de matérias no período de 22/1 a 11/2/1982.	bicha macho; bicha- machão; bichona; bissexuais; macho-bicha [referência a homem bissexual]; sapatismo; bicha; travesti.
14	BR AN, RIO TT.0.MCP.AVU 742	Apreciação 13/14/AC/13. Assunto: propaganda adversa (teatro). Data: 2/1/1984. Grau de sigilo: confidencial. Quantificação 9 f. Ver: parecer do censor sobre peças teatrais em cartaz no período de 1º/9 a 31/12/1983, em diversas cidades brasileiras.	homossexualismo; homossexuais; bissexualismo; homossexual; travesti; relacionamento homossexual entre mulheres.

FONTE: Adaptação do painel originalmente elaborado pelas autoras no decorrer da pesquisa (2021).

O primeiro é um documento/item...

SANGUE, SUOR, LÁGRIMAS E PURPURINA

Agradecimentos

Deixamos aqui nosso reconhecimento especial à CAPES, ao CNPq e à FAPERJ pelo apoio, de variadas maneiras e em diferentes fases do projeto de pesquisa, de 2014 a 2018.

Referências bibliográficas

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAUCOM, Erin. An Exploration into Archival Descriptions of LGBTQ Materials. *The American Archivist*, v. 81, n. 1, p. 65-83, Spg.-Smr. 2018.
- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara (Orgs.) *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.
- BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 59-69.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios do fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça-DSI/MJ*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos-SDH. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil. Brasília, DF: SDH, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-2011-1>. Acesso em: 2 jun. 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DELMAS, B. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: iFHC, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.) *Ditaduras e homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2018a.
- GREEN, J.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, Marisa (Orgs.) *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018b.
- LEAL, Kelly Márcia de Moura. Cala a boca, Bárbara: censura musical e disputas de gêneros em tempos de Ditadura no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis, UFSC; UDESC, 2015, 12p. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434403421_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Kelly.pdf. Acesso em 30 maio 2021.
- MEIRELLES, Mariana B. *Documento, objeto em disputa: a busca pela materialidade documental para a realização de direitos homoafetivos*. 2019.

- Tese (Doutorado em Ciência da Informação). IACS/UFF, Niterói-RJ, 2019.
- MOMBAÇA, Jota. Carta às que vivem e vibram apesar do Brasil. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021, p. 13-19. (Encruzilhada)
- PERES, Milena Cristina; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.
- POLLAK, M. Memórias, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan.-jun. 1989.
- REIS, T. (Org.) *Manual de comunicação LGBT+*. Curitiba-PR: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: Estudos Gays – Gênero e Sexualidades*, Natal, UFRN, v. 4, n. 5, p. 17-44, jan.-jun. 2010.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.
- TAL, Fulana de. (2015, 2015-2016 e 2019) [citar após avaliação pares]